



Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

“Palácio 15 de Junho”

PROJETO DE LEI Nº 158/2025

Institui o Programa Municipal de Retorno Assistido e Transporte Social para Pessoas em Situação de Rua provenientes de outros Municípios — PROGRA-RUA/SBO — e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Retorno Assistido e Transporte Social para Pessoas em Situação de Rua provenientes de outros municípios — PROGRA-RUA/SBO, com a finalidade de viabilizar, de forma humanitária, segura e integrada às políticas públicas de assistência social, o transporte de pessoas em situação de rua à sua cidade de origem ou à cidade indicada por elas, observadas as condições desta Lei.

Art. 2º. Para os fins desta Lei, consideram-se:

I — Pessoa em situação de rua: indivíduo que se enquadre nas condições estabelecidas pela Política Nacional para a População em Situação de Rua e pelas normas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

II — Retorno assistido: conjunto de ações que compreende o cadastro, acolhimento, avaliação social e encaminhamentos necessários — incluindo a obtenção de documentos, atendimento de saúde e contato com familiares —, bem como o transporte do beneficiário, observada sua manifestação de concordância.

Art. 3º. O PROGRA-RUA/SBO poderá ser acionado exclusivamente quando:

I — a pessoa em situação de rua for identificada como proveniente de outro município;

II — houver manifestação expressa de vontade da pessoa pelo retorno à cidade de origem;

III — a pessoa for devidamente cadastrada e acolhida pelos serviços municipais de assistência social.

Art. 4º. Antes da autorização do transporte, o serviço social deverá:

I — realizar o cadastro socioassistencial do beneficiário;



Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

“Palácio 15 de Junho”



II — prestar acolhimento institucional e avaliação social sobre a viabilidade do retorno;

III — firmar o Termo de Acordo de Retorno Assistido, assinado pelo beneficiário, contendo direitos e deveres;

IV — quando necessário, providenciar documentos pessoais e contato com a cidade de destino para garantir acolhimento adequado.

§1º O transporte será realizado preferencialmente por via rodoviária regular, com emissão de bilhete ou vale-transporte social.

§2º A Secretaria Municipal competente poderá firmar convênios, acordos ou parcerias com outros entes públicos ou organizações sociais para garantir o acompanhamento e o acolhimento do beneficiário.

Art. 5º. Da concordância e das condições para o retorno assistido:

I — a pessoa beneficiária deverá manifestar expressamente, por escrito, sua concordância com os termos do serviço social;

II — a viagem somente será realizada mediante avaliação técnica favorável, que ateste as condições de segurança e de saúde do beneficiário.

Art. 6º. O Município deverá manter registro do atendimento e do transporte realizado, podendo encaminhar relatório social ao município de destino, quando houver cooperação formal.

Art. 7º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na Lei Orçamentária Municipal, podendo ser suplementadas se necessário.

Art. 8º. Sempre que houver identificação do município de origem do beneficiário, o Município de Santa Bárbara d'Oeste poderá solicitar cooperação técnica e financeira àquele município para custear total ou parcialmente o transporte e outras despesas, desde que haja convênio, acordo ou instrumento jurídico válido.

§1º É vedada qualquer imposição unilateral de despesas ao município de origem sem prévio instrumento jurídico.

§2º O pedido de cooperação não suspende a realização do transporte, quando caracterizada situação humanitária urgente.

Art. 9º. Das garantias e proibições:

I — é vedado o transporte compulsório de pessoas em situação de rua;



Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

“Palácio 15 de Junho”

II — nenhuma pessoa poderá ser deslocada sem acolhimento prévio e sem consentimento livre e informado;

III — o programa não poderá ser utilizado como instrumento de expulsão, remoção forçada ou afastamento arbitrário de pessoas em situação de rua;

IV — o serviço social deverá assegurar, sempre que possível, o contato prévio com familiares ou com os serviços públicos do município de destino, de modo a garantir a continuidade do acompanhamento social.

Art. 10 - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário “Dr. Tancredo Neves”, em 22 de outubro de 2025

ELTON APARECIDO CEZARETTI
“Tikinho tk”
-vereador-



Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

“Palácio 15 de Junho”

Exposição de Motivos

O presente Projeto de Lei tem por objetivo instituir o Programa Municipal de Retorno Assistido e Transporte Social — PROGRA-RUA/SBO, garantindo tratamento humanitário, digno e articulado à política pública de assistência social para pessoas em situação de rua provenientes de outros municípios.

Em diversas cidades do país, programas semelhantes foram implementados — como em Campinas, Curitiba e Belo Horizonte — com base na Política Nacional para a População em Situação de Rua e nas diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que preveem atendimento integrado, promoção da cidadania e articulação intermunicipal.

O texto propõe regras claras para que o retorno seja realizado somente mediante cadastro, acolhimento e consentimento do beneficiário, com acompanhamento técnico e possibilidade de custeio compartilhado entre os municípios envolvidos.

Trata-se de uma medida de solidariedade intermunicipal, gestão responsável de políticas públicas e respeito à dignidade humana, em consonância com os princípios constitucionais da assistência social (art. 203 da Constituição Federal).

Plenário “Dr. Tancredo Neves”, em 22 de outubro de 2025.

ELTON APARECIDO CEZARETTI

“Tikinho tk”

-vereador-



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA D'OESTE



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de De Santa Bárbara d'Oeste. Para verificar as assinaturas, clique no link:

<https://santabarbara.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=SV30EB2CS1834D91> ,

ou vá até o site <https://santabarbara.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: SV30-EB2C-S183-4D91



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO Nº 7784/2025 22/10/2025 11:34 - CHAVE: SV30-EB2C-S183-4D91